O inconsciente e seus efeitos na vida cotidiana: formações do inconsciente, repetição e escuta fora do enquadre clínico

The unconscious and its effects on everyday life: formations of the unconscious, repetition and listening beyond the clinical setting

Hingrid Francine Nunes

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 30 ABR 2026

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina o modo como o inconsciente se manifesta na vida cotidiana, fora do enquadre analítico, e o que a psicanálise autoriza concluir a partir dessas manifestações. O percurso reconstitui o estatuto metapsicológico do conceito em Freud — a hipótese do inconsciente como exigência imposta pelas lacunas da consciência, sua reformulação na segunda tópica —, examina as formações pelas quais ele se dá a ler no dia a dia (atos falhos, sonhos e repetição), acompanha a releitura lacaniana que situa o inconsciente na ordem da linguagem e no discurso do Outro, e discute o alcance e os limites da leitura psicanalítica do sintoma corporal. Em seguida, confronta esses desenvolvimentos com o diagnóstico contemporâneo do mal-estar e com a crítica à medicalização do sofrimento. Sustenta-se que o inconsciente é estruturante da subjetividade e não se restringe ao dispositivo clínico, mas que a leitura de suas formações fora da análise não produz interpretação nem conhecimento sobre sujeitos particulares. Argumenta-se, por fim, que o valor da escuta analítica no debate público reside menos em explicar comportamentos do que em recusar o apagamento do sintoma como expressão subjetiva.

Palavras-chave: inconsciente; formações do inconsciente; repetição; psicanálise e cotidiano; medicalização.

ABSTRACT

This article examines how the unconscious manifests itself in everyday life, outside the analytic setting, and what psychoanalysis authorises one to conclude from such manifestations. The argument reconstitutes the metapsychological status of the Freudian concept — the hypothesis of the unconscious as a requirement imposed by the gaps in consciousness, and its reformulation in the second topography —, examines the formations through which it becomes legible in daily life (parapraxes, dreams and repetition), follows the Lacanian rereading that situates the unconscious in the order of language and in the discourse of the Other, and discusses the scope and limits of the psychoanalytic reading of bodily symptoms. These developments are then confronted with the contemporary diagnosis of malaise and with the critique of the medicalisation of suffering. It is argued that the unconscious is constitutive of subjectivity and is not restricted to the clinical device, but that reading its formations outside analysis yields neither interpretation nor knowledge about particular subjects. Finally, it is argued that the value of analytic listening in public debate lies less in explaining behaviour than in refusing the erasure of the symptom as subjective expression.

Keywords: unconscious; formations of the unconscious; repetition; psychoanalysis and everyday life; medicalisation.

1 Introdução

A hipótese do inconsciente é a contribuição pela qual a psicanálise se distingue das psicologias que a precederam. Sua formulação não acrescentou um compartimento à

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

vida mental: deslocou o centro de gravidade da explicação, pois aquilo que o sujeito sabe de si deixa de ser o fundamento da descrição e passa a ser um de seus dados, e não o mais confiável. É nesse sentido que deve ser lida a afirmação freudiana de 1917 de que o eu não é senhor em sua própria casa — enunciado que Freud situa ao lado das descobertas de Copérnico e de Darwin, como a terceira ferida narcísica infligida à humanidade.

Há, porém, uma consequência dessa hipótese que a exposição corrente tende a deixar implícita. Se o inconsciente é uma instância psíquica e não uma particularidade do adoecimento, então ele não se manifesta apenas no sintoma neurótico nem sob as condições do dispositivo analítico. Manifesta-se na vida comum. Foi por essa porta que Freud escolheu apresentar a psicanálise ao público não especializado: não pela psicopatologia, mas pelo esquecimento de um nome próprio, pelo lapso de fala, pelo sonho de uma noite qualquer.

O problema que organiza este artigo decorre dessa escolha. Se o inconsciente se dá a ler fora da análise, o que exatamente se lê? Entre a tese forte — todo fenômeno cotidiano é cifra decifrável por quem conheça a teoria — e a tese fraca — nada se pode dizer fora do enquadre —, há um território que precisa ser demarcado, porque é nele que a psicanálise circula socialmente e nele que se deforma com maior facilidade.

A hipótese aqui sustentada é a seguinte: as formações do inconsciente são legíveis no cotidiano quanto à sua *estrutura*, não quanto ao seu *conteúdo*. Reconhecer que um ato falho obedece a determinação psíquica é proposição teórica que não depende do caso; afirmar o que um ato falho particular quer dizer exige a associação do próprio sujeito e, portanto, o enquadre que a torna possível. A distinção é decisiva: dela depende que a psicanálise contribua para o debate público sem se converter em técnica de leitura de pessoas. O percurso compreende a reconstituição do estatuto do conceito, o exame de suas formações cotidianas, a releitura lacaniana pela via da linguagem e a discussão de suas implicações éticas diante do mal-estar contemporâneo.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. Não houve coleta de dados empíricos, observação sistemática, entrevista, aplicação de instrumentos, levantamento estatístico ou acesso a prontuários e registros de atendimento. O artigo não reporta pesquisa com seres humanos, não apresenta material clínico e não produz achados de campo. As situações descritas são construções conceituais, não relatos de casos.

O corpus primário reúne os textos em que o conceito recebe formulação sistemática em Freud: os escritos inaugurais — *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), *A interpretação dos sonhos* (1900) e *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901) —, os textos metapsicológicos de 1915, em especial *O inconsciente* e *A repressão*, os escritos sobre a repetição — *Recordar, repetir e elaborar* (1914) e *Além do princípio do prazer* (1920) —, a reformulação tópica de *O ego e o id* (1923), os textos de alcance cultural *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (1917) e *O mal-estar na civilização* (1930), e a advertência de *Observações sobre a psicanálise "silvestre"* (1910). Em Lacan, compreende *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953), *A instância da letra no inconsciente* (1957) e o *Seminário, livro 11* (1964). O corpus secundário reúne obras contemporâneas sobre o inconsciente, o negativo e o mal-estar atual, além de literatura de referência terminológica.

O critério de inclusão foi duplo: tratamento conceitual explícito do estatuto do inconsciente ou de suas manifestações, e circulação em edição de referência. Excluíram-se materiais de divulgação, portais de conteúdo não revisado e dados estatísticos cuja fonte primária não pôde ser localizada e verificada. O procedimento consistiu, para cada formação, em três movimentos: reconstituição da formulação de origem; identificação do que nela depende do enquadre clínico e do que dele independe; e delimitação do que a leitura autoriza afirmar fora da análise.

3 O estatuto do conceito de inconsciente

3.1 A hipótese e sua justificação

Freud não apresenta o inconsciente como evidência, mas como inferência necessária. O argumento de 1915 é epistemológico: os dados da consciência são lacunares, e essas lacunas não são ocasionais. Atos falhos, sonhos, esquecimentos, sintomas e ideias que irrompem sem origem reconhecível constituem séries em que a consciência não encontra o encadeamento causal que o fenômeno, no entanto, exibe. Admitir o inconsciente é supor o nexo que falta; recusá-lo é renunciar a explicar o fenômeno. A hipótese não é postulada por gosto do profundo: é a suposição mais econômica diante de fatos que de outro modo permaneceriam ininteligíveis, e sua legitimidade repousa no rendimento explicativo — critério com que qualquer

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

hipótese se justifica, e que separa a psicanálise de uma doutrina do mistério.

Dois esclarecimentos se impõem. O primeiro: inconsciente não é sinônimo de não consciente. Freud distingue o pré-consciente — fora da consciência, mas acessível por simples deslocamento da atenção — do inconsciente propriamente dito, cujo acesso é impedido por uma força ativa. O que o define em sentido estrito é essa resistência, não a ausência de registro atual. O segundo: a repressão não suprime o conteúdo, mantém-no atuante, e é porque permanece investido que o recalcado retorna — em formação substitutiva, em sintoma, em formação de compromisso. O retorno do recalcado é correlato necessário da repressão, e convém registrar, contra uma atribuição corrente, que se trata de conceito freudiano, e não de elaboração lacaniana posterior, como o atestam Laplanche e Pontalis ao reconstituir sua história.

3.2 Da primeira à segunda tópica

A reformulação de 1923 modifica o estatuto do conceito de modo que a exposição corrente ignora. Na primeira tópica, inconsciente é o nome de um sistema; na segunda, passa a ser sobretudo um qualificativo — há o isso, inteiramente inconsciente, mas há também partes inconscientes do eu e do supereu. A consequência é que a própria defesa é inconsciente: o sujeito não apenas desconhece o que recalca, como desconhece que recalca.

Decorre daí uma observação que o argumento mobilizará adiante. Se o supereu é em parte inconsciente, a exigência à qual um sujeito se submete pode operar sem jamais se enunciar como exigência: apresenta-se como evidência, como traço de caráter, como padrão de vida. É essa condição que torna certas formas de autoexigência resistentes ao argumento racional — não se discute com uma instância cuja voz não se escuta como voz.

4 As formações do inconsciente na vida cotidiana

4.1 Atos falhos: o determinismo do que escapa

A escolha de Freud, em 1901, de abrir a exposição do inconsciente pelos fenômenos mais triviais tem função argumentativa precisa. O esquecimento de um nome, a troca de uma palavra, o extravio de um objeto: nenhum desses fatos exige patologia, e todos ocorrem em sujeitos que se consideram senhores de suas faculdades. Ao demonstrar que também eles obedecem a determinação psíquica, Freud estende a hipótese para muito além do adoecimento.

A estrutura do ato falho é a de uma formação de compromisso. Duas intenções concorrem — a consciente, que o sujeito reconhece, e outra, que não reconhece e que não cederia espontaneamente — e o resultado não é a vitória de uma sobre a outra, mas um produto que satisfaz parcialmente ambas: o lapso é falho quanto à intenção declarada e bem-sucedido quanto à outra.

É aqui que se impõe a primeira delimitação deste artigo. A tese de que o ato falho é determinado é teórica e geral; a determinação de um ato falho particular não é legível por quem o observa, pois depende das associações de quem o cometeu, indisponíveis fora de um dispositivo que as solicite. Quem afirma saber o que o lapso alheio significa não aplica a psicanálise — infringe a advertência que Freud dirigiu, já em 1910, à prática de interpretar sem enquadre, que considerava danosa ao paciente e desacreditadora do método.

4.2 O sonho e o trabalho de disfarce

Em *A interpretação dos sonhos*, a tese de que o sonho é realização de desejo vem acompanhada de um aparato conceitual que a divulgação costuma perder — e cuja perda converte a teoria em simbolismo. O sonho não é mensagem codificada por correspondências fixas, é produto de um trabalho: condensação, deslocamento, consideração à figurabilidade e elaboração secundária transformam os pensamentos latentes no conteúdo manifesto, e é esse trabalho, não o conteúdo, que constitui o objeto da análise.

A diferença é de método. Supor correspondências fixas entre imagens e significados é restaurar a chave dos sonhos popular que Freud se empenhou em descartar. O caminho analítico é inverso: parte de cada elemento do relato e segue as associações do sonhador, de modo que o sentido se produz no percurso e permanece singular. O sonho narrado fora da análise é, por isso, um texto sem seu método de leitura.

4.3 A repetição e o retorno do recalcado

A repetição é, entre as manifestações cotidianas do inconsciente, a mais visível e a mais mal descrita. Freud a formula em 1914 em termos precisos: o sujeito repete em ato aquilo de que não pode recordar, e a repetição é o modo pelo qual o passado não elaborado se faz presente. A formulação de 1920 radicaliza a tese ao reconhecer, na insistência de experiências desprazerosas, algo que o princípio do prazer não explica.

Esse segundo passo torna o conceito robusto. Enquanto a repetição for descrita como busca de satisfação, o padrão

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

insistentemente doloroso permanece anômalo; é a compulsão à repetição, situada aquém do princípio do prazer, que o torna inteligível. Nasio, ao expor os conceitos cruciais da teoria, acentua esse traço: o que retorna na repetição não é a lembrança de um acontecimento, mas uma forma de satisfação que o sujeito não reconhece como sua.

A descrição habitual do fenômeno nos arranjos amorosos — a reincidência em configurações afetivas reconhecidas como insatisfatórias e ainda assim reencontradas — é legítima enquanto descrição. Converte-se em erro quando se transforma em explicação causal apressada, do tipo que atribui a reincidência à tentativa de reparar uma falta parental determinada. Essa atribuição supõe conhecido o conteúdo do que se repete, e o conteúdo é justamente o que a repetição não entrega: ela entrega a forma. A hipótese é construída na análise, por aquele que repete, não aplicada de fora.

FORMAÇÃO	FORMULAÇÃO DE ORIGEM	O QUE AUTORIZA LER	LIMITE DA LEITURA
Ato falho	Compromisso entre duas intenções concorrentes (Freud, 1901)	Que o erro é determinado, não casual	O conteúdo exige as associações de quem o cometeu
Sonho	Realização disfarçada de desejo pelo trabalho onírico (Freud, 1900)	Que há trabalho de disfarce entre latente e manifesto	Não há chave de símbolos: o sentido se produz associando
Repetição	Atuação do que não pode ser recordado (Freud, 1914; 1920)	A forma insistente do arranjo, descrita sem causa atribuída	A causa é construída na análise, não aplicada de fora
Sintoma do corpo	Conversão e trabalho do negativo (Freud; Breuer, 1893-95)	Que o corpo pode ser lugar de inscrição do não simbolizado	Não dispensa investigação clínica nem autoriza diagnóstico

Tabela 1 — Formações do inconsciente e o alcance de sua leitura fora do enquadre analítico. A última coluna registra o que a leitura não autoriza, e não uma objeção ao conceito.

5 O inconsciente e a ordem da linguagem

A releitura lacaniana desloca o eixo do problema. A tese de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, formulada a partir de 1953, não é analogia ilustrativa: afirma que os mecanismos descritos por Freud são operações significantes. A condensação corresponde à metáfora, o deslocamento à metonímia, e o trabalho do sonho passa a ser legível como funcionamento de uma cadeia de significantes submetida a leis próprias.

A segunda formulação, de que o inconsciente é o discurso do Outro, estabelece sua dimensão constitutiva. O sujeito não produz sua linguagem: nasce num campo simbólico já estabelecido, é nomeado, desejado e falado antes de falar, e é dessas marcas anteriores a si que seu inconsciente se constitui — não um reservatório interior e privado, mas o efeito de uma inscrição numa ordem que o precede.

No *Seminário, livro 11*, Lacan acrescenta uma precisão de consequências diretas para este argumento: o inconsciente tem estatuto de hiância. Não é profundidade sempre disponível, mas algo que se manifesta em tempo próprio — abre-se e se fecha. Essa pulsação explica por que nenhuma leitura sistemática do cotidiano garante acesso ao inconsciente: não há texto permanentemente exposto, e sim uma emergência que o enquadre analítico favorece e que nenhuma técnica assegura.

A escuta volta-se, assim, menos ao que o discurso comunica do que à sua materialidade — hesitações, cortes, insistências, equívocos. Um enunciado como o de quem afirma não saber o que quer pode ser tomado não como relato de ausência de desejo, mas como posição enunciativa a interrogar. Também essa interrogação, porém, só é operatória sob transferência, dirigida a alguém a quem o sujeito endereça sua fala: fora disso, a mesma frase não é enigma, mas apenas uma frase.

6 O corpo como lugar de inscrição: alcance e limites

A hipótese de que conflitos psíquicos não simbolizados encontram no corpo uma via de expressão é das mais antigas da psicanálise — é com ela, na conversão histérica descrita nos *Estudos sobre a histeria*, que o campo se inaugura. A conversão não é fingimento nem imaginação: é inscrição corporal de lógica simbólica, cuja decifração produz efeitos sobre a manifestação física.

A extensão dessa hipótese ao conjunto dos sintomas corporais sem causa orgânica estabelecida, porém, não é automática, e a literatura posterior insiste na diferença. A elaboração de McDougall sobre o psicossoma é explícita: diferentemente da conversão, o sintoma psicossomático

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

não é mensagem cifrada endereçada a um outro, mas efeito de uma falha de simbolização — o corpo reage onde a palavra não se constituiu. No primeiro caso há sentido a decifrar; no segundo, sentido a construir, e o trabalho analítico é de outra ordem e de outro tempo.

A contribuição de Green opera na mesma direção, ao situar no centro da teoria não apenas o que foi recalcado, mas o que não chegou a inscrever-se: há posições subjetivas organizadas em torno de uma ausência de inscrição, e são elas que comparecem nas formas de sofrimento que não se deixam descrever como conflito.

Duas ressalvas, por fim, devem ser enunciadas sem atenuação. A primeira: a hipótese psicanalítica sobre o corpo não dispensa a investigação clínica, pois a ausência de diagnóstico não equivale à ausência de doença, e tomar como psíquico aquilo que apenas não foi encontrado é erro cujos custos recaem sobre o sujeito. A segunda: não cabe ao psicanalista formular ou excluir diagnóstico médico. A articulação entre escuta e cuidado em saúde é de corresponsabilidade, e substituí-la por uma oposição entre escuta e medicina é insustentável, teórica e eticamente.

7 Escuta do inconsciente e mal-estar contemporâneo

A dimensão social do argumento não é acréscimo ao conceito. Freud a inscreveu no núcleo da teoria ao formular, em 1930, que a civilização se sustenta sobre uma renúncia pulsional de custo estrutural: o mal-estar não é defeito corrigível de determinada organização social, é o preço da organização enquanto tal. A tese impõe cautela a qualquer diagnóstico de época que descreva o sofrimento atual como queda a partir de um estado anterior menos adoecido.

Feita a ressalva, a elaboração contemporânea identifica deslocamentos na forma do mal-estar. A análise de Birman descreve uma configuração em que os ideais de desempenho e de autorrealização operam como imperativo, e em que a falha diante dele não se apresenta como conflito com uma instância externa, mas como insuficiência própria. A diferença em relação ao quadro clássico da neurose é relevante: não há confronto com uma interdição, mas exigência que se enuncia como projeto do próprio sujeito e que, por isso, não encontra contra quem se dirigir. O mesmo autor situa nesse registro, ao examinar as formas atuais de desalento, uma dor que não se organiza como queixa endereçada.

É nesse ponto que a crítica à medicalização do sofrimento encontra seu lugar preciso — e seus limites. O argumento psicanalítico não é que o sofrimento psíquico não deva ser tratado, nem que a psiquiatria seja dispensável, nem que a prescrição seja em si um erro: formulações desse tipo, correntes na divulgação, são clinicamente irresponsáveis. O argumento é mais estreito e mais defensável: quando a supressão rápida do sintoma se torna o único objetivo, perde-se a possibilidade de interrogá-lo como posição de um sujeito, e o que se obtém pode ser o silenciamento de uma questão em vez de sua resolução.

O que a psicanálise aporta ao debate público não é, portanto, explicação concorrente do sofrimento nem interpretação de comportamentos coletivos, mas uma recusa: a de que o sofrimento seja integralmente descrito como disfunção a corrigir. Cada sujeito ocupa uma posição singular diante de sua dor, e nenhuma categoria diagnóstica, por necessária que seja ao cuidado, esgota essa posição.

8 Objeções

Duas objeções precisam ser enfrentadas, sob pena de o argumento permanecer apenas asseverado.

A primeira é epistemológica: a hipótese seria irrefutável, pois qualquer dado pode ser acomodado por ela — a concordância confirma a interpretação, a discordância é resistência. A objeção é séria, mas incide sobre um uso da teoria. O recurso indiscriminado à resistência imuniza a afirmação contra exame, e é por isso que Freud o condena ao advertir contra a interpretação feita fora de enquadre. A distinção aqui sustentada responde à objeção: proposições gerais sobre a estrutura das formações são discutíveis em seus próprios termos; proposições sobre o conteúdo de uma formação particular só se produzem num dispositivo em que o próprio sujeito as constrói e valida. Onde a distinção não é observada, a objeção procede.

A segunda é prática: estender o inconsciente ao cotidiano autorizaria uma hermenêutica generalizada em que todo gesto se torna sintoma e toda pessoa, objeto de leitura. A objeção descreve um uso socialmente difundido do vocabulário analítico, frequentemente a serviço da desqualificação do interlocutor. A resposta não está em restringir a teoria ao consultório, mas em sustentar que a leitura cotidiana alcança a estrutura, não o caso — e que atribuir sentido ao comportamento alheio é o oposto da operação analítica, pois suprime o que a define: que o sentido seja produzido por quem fala.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

Considerações finais

O percurso permite três conclusões de alcance distinto.

A primeira é que o inconsciente não é propriedade do adoecimento nem efeito do dispositivo analítico: é estruturante da subjetividade, e suas formações — atos falhos, sonhos, repetições, inscrições corporais — pertencem ao funcionamento psíquico comum. Há, portanto, efeitos do inconsciente na vida cotidiana, e descrevê-los é tarefa legítima da teoria.

A segunda é que o que se lê nessas formações, fora da análise, é a sua forma e não o seu conteúdo. A determinação do ato falho é geral; seu sentido exige as associações de quem o cometeu. O trabalho de disfarce do sonho é teorizável; o desejo que ele realiza não se obtém por tabela de símbolos. A insistência da repetição é observável; a montagem que a sustenta constrói-se na análise. A delimitação não enfraquece o conceito — impede que se converta em técnica de leitura de pessoas, uso contra o qual Freud advertiu precocemente e que permanece o modo mais frequente de deformação da psicanálise no espaço público.

A terceira é que a relevância social da escuta analítica se formula melhor em termos negativos. Ela não oferece explicação superior dos fenômenos coletivos nem substitui outras formas de cuidado em saúde mental, com as quais deve articular-se. Sustenta a recusa de que o sofrimento se reduza a disfunção, e a afirmação de que há, em cada caso, uma posição de sujeito que nenhuma descrição geral alcança.

Permanece aberta uma agenda de investigação. As proposições aqui formuladas — sobre as condições de legibilidade das formações do inconsciente fora do enquadre, sobre a distinção entre conversão e manifestação psicossomática e sobre os deslocamentos contemporâneos na forma do mal-estar — não foram submetidas a verificação sistemática. Fazê-lo exigiria desenho metodológico próprio, com enquadre ético explícito, consentimento documentado e proteção rigorosa dos participantes. Até lá, convém enunciá-las como o que são: leituras conceitualmente sustentadas, e não resultados.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. A revista não dispõe de declaração do autor; o manuscrito, do acervo, foi recebido pela direção anterior, que não a solicitava.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da Interapia. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade*: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade*: espaço, dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos (1900). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 4-5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Observações sobre a psicanálise "silvestre" (1910). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 11. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 219-227.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-171.

FREUD, S. A repressão (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 151-162.

FREUD, S. O inconsciente (1915). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 165-222.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 171-179.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 17-85.

FREUD, S. O ego e o id (1923). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 23-83.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 73-171.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

FREUD, S.; BREUER, J. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GREEN, A. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533.

LACAN, J. *O seminário, livro 11*: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

McDOUGALL, J. *Teatros do corpo*: o psicossoma em psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NASIO, J.-D. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

CC BY-NC 4.0 · INTERAPIA.ORG

COMO CITAR

NUNES, H. F. O inconsciente e seus efeitos na vida cotidiana: formações do inconsciente, repetição e escuta fora do enquadre clínico. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 4, n. 1, p. 49-56, 2026.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.